

O Sertão e o Sertanejo

Rosa Bezerra¹

Resumo

A representação que consta no imaginário brasileiro sobre o “Sertão” sempre foi carregada de sentido pejorativo e depreciativo, como sendo uma terra inóspita, árida distante e “bárbara”, onde tudo é sinônimo de atraso, penúria, seca e fome. O Sertão seria, originalmente, um deserto, vazio de tudo, à disposição de quem chegasse primeiro. À chegada dos europeus invasores, os habitantes senhores da terra, eram livres e assim viviam de acordo com seus deuses, sua ancestralidade, seu *modus vivendi*. Para os autóctones, bárbaros eram aqueles vultos de roupa estranha, em canoas enormes, falando muito, numa língua travada e de hábitos totalmente estranhos. Nesta visão, os europeus é que eram diferentes, eles eram o Outro. Mas tentariam entrar em contato com eles aos poucos. Esta imagem de vastidão, de lugares enormes, distantes e vazios de gente estimulava o imaginário dos europeus. Lembrando que a representação é um simulacro do que existe realmente, um simulacro de si mesmo, o Sertão passou a ser um lugar do desconhecido, um lugar para ser temido, respeitado e quem sabe? - ocupado.

Palavras-chave: Interior. Guerra. Representação. Costumes.

SERTÃO AND THE SERTANEJO

Abstract

The occupation of the northeastern hinterlands promoted by the Portuguese attacker was effected after a war of extermination against the indigenous people of the region, a fact that is relatively hidden in official historiography. The fierce “War of the Barbarians” soaked the soil of northeastern Indian blood, decimating several tribes or even extinguishing some of them, which goes against the thesis of Brazilian and Indian cordial indolent. The Brazilian indigenous defended its territory in every way possible, leaving behind the backcountry toughness, free spirit and many habits that forged a distinguished man of man of the coast.

¹ Rosa Bezerra é pernambucana. Psicóloga, pesquisadora e escritora integra a Sociedade Brasileira de Escritores, Secção de Pernambuco. É autora do livro “A Representação Social do Cangaço”.

Beliefs and food to ambushes, guerrilla warfare and lifestyles, the countryman forged an adverse scenario by inclement weather and shortages, proved to be a man who is “above all, strong”. The representation we have of the backcountry is also a consequence of the image that was created from the indigenous colonial times. Studies in anthropology, sociology and psychology have helped us to understand how it was created and conveyed this representation, based on imaginary baroque Iberian.

Keywords: Hinterland. War. Representation. Costumes.

A ocupação do Sertão, fazendo parte do plano expansionista português no contexto colonialista, ocorreu em decorrência de alguns fatores que a historiografia oficial não tem contemplado adequadamente. O principal destes fatores foi a exploração das terras mais distantes do litoral (local por excelência da zona canavieira), pela necessidade de mais terras para a criação de gado. As terras recém-invasadas, sob a proteção do Tratado de Tordesilhas e a bênção papal, eram a oportunidade de lucro fácil aos olhos europeus ávidos pelos “tesouros” da terra inculca e bela. E terras amplas eram o que não faltava na colônia. As colônias espanholas e portuguesas foram de importância fundamental para sustentar o capitalismo que se iniciava nos países europeus. Portugal já dispunha da colônia Ceuta, invadida em

1414, e da experiência de braços escravos.

Após o contato “oficial” de Cabral com os gentios da terra de Santa Cruz, Portugal, envolvido com os negócios em terras do Oriente, só veio a ocupar-se da nova presa, mais de trinta anos depois, ao verificar que os franceses negociavam, muito bem, com os índios. Percebeu então, a necessidade de debruçar-se sobre a terra “em que se plantando, tudo dá”, ameaçada pelos países não contemplados na divisão do mundo entre Portugal e Espanha.

Com a experiência da técnica do açúcar nas ilhas da Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé, os invasores estabeleceram que a colonização da terra conquistada se desse visando apenas o mercantilismo, através da plantação da cana de açúcar. No caso, a colonização serviria, também, de

ocupação
totalmente
a preserva

A ga
templava a
usando atr
extensão d
prio. O sol
-se como o
cana e as j
zaram-se r
Guerra (19
comprovaç
que havia
to em Per
chegava à l
nambuco e
recia como
começo da
terras indí
genhos e a
mizando o
frete marít
ria riqueza
vastava as
para abaste
Castro (19
transforma
na que de
transforma

an forged an
ho is "above
uence of the
nthropology,
nd conveyed

raços escri-

cial" de Ca-
ra de Santa
com os ne-
te, só veio a
mais de trinta
que os fran-
em, com os
necessidade
ra "em que
açada pelos
a divisão do
panha.

da técnica
adeira, Açõ-
mé, os inva-
colonização
esse visando
através da
ar. No caso,
também, de

ocupação das terras desconsiderando totalmente os habitantes já existentes e a preservação do solo.

A ganância do europeu não contemplava a melhoria técnica do solo, usando através do latifúndio, a maior extensão de terras em benefício próprio. O solo do Nordeste apresentou-se como o mais propício ao cultivo da cana e as primeiras habitações localizaram-se na faixa litorânea. Segundo Guerra (1992), apesar de não haver comprovação documental, admite-se que havia algum tipo de povoamento em Pernambuco, pois em 1526 já chegava à Lisboa açúcar "saído de Pernambuco e Tamaracá". O açúcar já aparecia como negócio rentável. Foi este o começo da empreitada portuguesa em terras indígenas. E aí surgiram os engenhos e a riqueza da colônia, maximizando os lucros. O açúcar pagava o frete marítimo. Ao tempo que produzia riqueza, a monocultura da cana devastava as florestas em busca da lenha para abastecer os engenhos. Conforme Castro (1992, p. 113), referindo-se à transformação da paisagem nordestina que de "região de floresta tropical, transformada em homem em região

de campos abertos, teve o Nordeste a vida do seu solo, de suas águas, de suas plantas e do seu próprio clima, tudo mudado pela ação desequilibrante e intempestiva do colonizador, quase cego às consequências de seus atos, pela paixão desvairada que dele se apoderou, de plantar sempre mais cana e de produzir sempre mais açúcar". O açúcar havia se transformado, na Europa, em gênero de primeira necessidade. E a plantação da monocultura da cana gerou prejuízos irrecuperáveis para o gênero humano, ao longo do tempo, como veremos mais adiante. Nos estudos de Castro, a cana é autofágica, pois após a ascensão rápida e passageira vem o declínio vertiginoso também rápido.

A região de Pernambuco foi a mais afetada pela monocultura da cana. E o progresso rápido que fez Olinda rivalizar com Lisboa, em luxo e ostentação, necessitava sempre de mais terras. E Pernambuco foi perdendo a mata Atlântica original restando atualmente uma inexpressiva faixa da mesma. Este foi o início do processo de desertificação irreversível, que traria como consequências, no futuro, seca

e fome. Existem estudiosos do solo, como Ward Shepard, que afirmam que a erosão causada pela agricultura comercial tem “efeitos comparáveis ao de uma guerra” e citando o Nordeste como uma área das mais sacrificadas.

Evidentemente que, as reservas subterrâneas de água e a desertificação trouxeram problemas aos habitantes das capitâneas, havendo menções de seca já pouco tempo depois do auge da cana de açúcar. Mesmo porque a monocultura da cana fez o colonizador abandonar o cultivo de outras plantações. Pela fala de Fernão Cardim (ALVES, [s.d.], p. 9), sabemos que:

No ano de 1583 houve tão grande seca e esterilidade nesta província (coisa rara e desacostumada, porque é terra de contínuas chuvas) que os engenhos d'água não moeram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandioca, muitas se cessaram, pois houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco, pelo qual desceram do sertão apertados pela fome, socorrendo-se aos braços quatro ou cinco mil índios.

Temos assim a primeira notícia de fome e seca nas terras invadidas, em

pleno início da colonização. E vemos claramente o clamor da fome e das agruras que perseguem o sertanejo ao longo do tempo.

Encontramos no período açucareiro nordestino, as raízes de vários problemas que afligiram o sertão e o sertanejo ao longo da sua história: a monocultura da cana (com toda a devastação resultante), o desmatamento e a conseqüente subalimentação dos colonos, reduzidos a uma dieta pobre em vegetais, legumes ou maiores luxos. No entanto, para transportar a cana o gado revela-se demasiado importante. A princípio no litoral o gado foi sendo empurrado para regiões mais afastadas, pois a cana engolia os espaços com muita rapidez. O gado foi sendo expulso da zona açucareira.

Neste momento da história nordestina surge o imaginário sobre o Sertão, idealizado a partir das “vilas de açúcar”, que percebia a si mesma como o local por excelência da civilização, conforme o ideário barroco ibérico, que privilegiava o ócio, próprio dos donos de escravos, onde o trabalho manual denigre e aponta para “man-

chas de sa-
cínio “ser-
trabalhar”,
cativos, lev-
ferirem a n-
atividades
que este im-
ciedade bra-

O ne-
finir o bra-
cativos era
ra e poder.
engenho ei-
negro para
obedecer-l-
tus. E ter te
Tal represe-
presente na
berdeiro da

Contri-
das gentes
paço incult-
longínquo,
Salientamos
to dos port-
comando d-
fato tranqui-
litoral difi-
dos invason-

o. E vemos
ome e das
ertanejo ao

ríodo açu-
es de vários
sertão e o
história: a
toda a de-
matamento
ntação dos
dieta pobre
maiores luxos.
tar a cana o
importante.
ado foi sen-
s mais afas-
os espaços
lo foi sendo

istória nor-
rio sobre o
das “vilas de
mesma como
civilização,
oco ibérico,
próprio dos
o trabalho
para “man-

chas de sangue”. Segundo este racio-
cínio “ser livre era não ser obrigado a
trabalhar”, atitude exclusiva de negros
cativos, levando algumas pessoas a pre-
ferirem a mendicância e a vadiagem às
atividades manuais. Devemos lembrar
que este imaginário se perpetua na so-
ciedade brasileira até o presente.

O negro servia, então, para de-
finir o branco e o número de negros
cativos era a referência de status, hon-
ra e poder. O imaginário do senhor de
engenho era o “ser servido”, era ter o
negro para servi-lo, era ter gentes para
obedecer-lhe. Ter escravos era ter sta-
tus. E ter terras era ter poder e honra.
Tal representação também continua
presente na psicologia do colonizado,
herdeiro daquele ideário medieval.

Contrapondo-se ao imaginário
das gentes do açúcar, havia um es-
paço inculto, feroz, desconhecido e
longínquo, habitado por “bárbaros”.
Salientamos aqui que o estabelecimen-
to dos portugueses em Olinda, sob o
comando de Duarte Coelho, não foi
fato tranquilo e fácil, pois os índios do
litoral dificultaram ao máximo a vida
dos invasores, causando-lhes baixas e

perdas. Apesar deste início já havia en-
genhos moendo em Pernambuco, por
volta de 1540.

Ao contrário da “civilização”
própria do açúcar e de sua ostentação,
o sertão era tido como o lugar selva-
gem, dissoluto, perigoso, livre de amar-
ras, onde os criminosos se escondiam.
Enfim, o sertão era “bárbaro”. Surgia a
dicotomia entre colonizador (branco)
e selvagem (índios). Pensava-se o ser-
tão como um grande deserto, vazios
de gentes, vazio de súditos, desabitado.
Para os indígenas o sertão significava
terra distante, não vazia. O sertão era
simples, sem ostentação, sem o luxo
das vilas açucareiras, sem a exibição
de fausto, era terra de autóctones, com
seus costumes totalmente diferentes
dos do homem europeu.

Realmente, o que a historiografia
oficial veicula é que o sertão era despo-
vado, como um local esperando para
ser ocupado e usufruído pelo invasor,
vendo os autóctones (donos realmente
das terras, pois já existiam ali) como
possíveis escravos cuja força de tra-
balho gratuita deveria ser utilizada na
empreitada oficial, para “maior glória”

de Deus e do rei. A cobiça europeia estendia suas garras sobre tudo e todos existentes no novo mundo: terras, gente, fauna, flora.

O imaginário das vilas açucareiras sobrevive ainda hoje no Nordeste, onde a herança de um sobrenome é a chave para a vida social e o sucesso. Tanto é que ainda vemos o trabalho manual como nódoa na vida e no passado de uma família. O fausto e a ostentação do açúcar fixou-se em Olinda, moradia da elite canavieira nascida na casa grande dos engenhos, chegando a ser comparada a Lisboa. Pela descrição da época temos uma amostra do luxo: “esta cidade foi antigamente (o autor se refere ao tempo anterior aos flamengos) muito populosa, rica e autorizada, com grandes e formosos casarios de pedra e cal, todos de três e quatro sobrados, e famílias muito nobres, donde havia grande e considerável negócio e muito abastadas de riquezas pelos muitos navios que vinham de Buenos Aires, carregados de patacaria” (SILVA, 2010, p. 18). Claro que, neste universo de riqueza e ostentação, o trabalho manual representava a degradação

causando desonra a quem o exercesse. Exemplo disso é a exigência da Santa Casa de Misericórdia da Bahia que, em 1618, exigia limpeza de sangue de seus membros, ou seja, que fosse isento de trabalhar com as mãos, não aceitando os que portavam “máculas de sangue”: mouros, judeus, índios e negros.

Com a invasão dos holandeses e a conseqüente destruição de Olinda, a outrora rica vila dos senhores do açúcar tornou-se moradia de pobres, pois não era adequado aos novos invasores que, fixados no porto, corressem o risco de uma retaguarda hostil, tendo o príncipe alemão Nassau se estabelecido na Ilha de Antônio Vaz, onde ergueria sua cidade Maurícia.

Quando o açúcar exigiu mais terras e o gado bovino foi empurrado para o sertão hostil e bárbaro, a Coroa resolveu recrutar os *vadios* das vilas açucareiras como mão de obra barata, para seu projeto expansionista, ao mesmo tempo em que engrossava as fileiras das tropas repressoras. Nas vilas do açúcar, existiam os pobres, os vadios e os bandidos, gente que era um problema aos olhos dos senhores

do açúcar. milicianos vam a ter reconhecer -se ao imag to a Coroa dios, dimin improdutiv utilizava n via a difere e do vadio viar os pol projeto ex valia. Este de obra est mais tardia mos numa nele (no Pi cinquenta s socupada, e Ibiapaba), e pitânia do 2005, p. 31,

Apesa como vazio vado por i ção do terri cesso longo estava estab

o exercesse. A política da Santa Catarina previa que, em função do sangue de seus descendentes, os índios não poderiam aceitar o comércio de escravos de sangue negro”.

Os holandeses e os portugueses de Olinda, a capital dos açúcares, viam os pobres, pois os invasores não queriam correr o risco de estabelecerem uma colônia vazia, onde não havia mão de obra.

Os portugueses exigiram mais terras para empurrar para o lado os pobres, a Coroa portuguesa deu ordens às vilas para que a obra expansionista, ao mesmo tempo, engrossava as fileiras dos pobres, os índios que eram os senhores

do açúcar. No entanto, nem sempre os milicianos recebiam soldo, mas passavam a ter privilégios, horas, isenções, reconhecimento social, incorporando-se ao imaginário dominante. Enquanto a Coroa arregimentava pobres e vadios, diminuía o contingente humano improdutivo das vilas açucareiras e os utilizava num degredo proveitoso. Havia a diferenciação entre o pobre (útil) e o vadio (improdutivo). Ou seja, enviar os pobres e vadios ao sertão, no projeto expansionista, era de muita valia. Este critério de enviar esta mão de obra estagnada existiu até uma fase mais tardia da colonização como vemos numa Carta Régia de 1718: “Possa nele (no Piauí) levantar quarenta, até cinquenta soldados da gente mais desocupada, e vadia que há nela (Serra da Ibiapaba), e que estes vão servir na Capitânia do Maranhão” (CARVALHO, 2005, p. 31, grifos da autora).

Apesar de o sertão ser pensado como vazio, ele era densamente povoado por inúmeras tribos e a ocupação do território indígena foi um processo longo e sangrento, cujo comando estava estabelecido na Bahia e em Per-

nambuco. E a ocupação pelo homem branco foi uma guerra de conquista, demorada e gradual, com diversas batalhas e um genocídio indígena posto em prática pela Coroa. Podemos aqui, indagar: como o invasor viu este Outro, nu, com a pele pintada, livre, não negro, não branco, diferente?

Na capitânia de Pernambuco, Duarte Coelho ordenou o despejo dos índios do sertão com dois objetivos: liberar as terras e utilizar mão de obra escrava, submetendo os gentios. Em 1580, a União Ibérica, sob o cetro de Felipe II, aumenta os planos expansionistas. Era urgente ocupar o sertão. Era urgente ter terras para o gado, que deveria manter-se afastado do açúcar. Mas, em 1630, os holandeses invadem a capitânia de Recife, destroem Olinda, a cidade do fausto e permanecem na região por vinte e quatro anos, alcançando terras circunvizinhas, enquanto os negros fogem de seus “donos” em busca dos sertões de Palmares, onde se estabelecem. O porto de Recife e a ilha de Antônio Vaz crescem com a corte de Nassau. E o açúcar muda de mãos.

Algumas tribos guerreavam entre si, mas em várias ocasiões se uni-

ram contra o português, cujo objetivo era escravizá-los e tomar-lhes as terras. A Coroa lança mão também de outra estratégia para dominar os senhores do sertão: a catequese, quando a Igreja traz seus “agentes de civilização” para evangelizar o gentio, usando a cruz como um escudo moral e oficial para ocupar as terras dos índios, promovendo o aldeamento dos mesmos, impondo-lhes uma religião totalmente diversa, “destruindo-lhes” os deuses e os hábitos ancestrais, cobrindo-lhes os corpos e proibindo-lhes a pintura tão rica e diversificada, com seus significados e suas utilidades. Segundo consta, havia em Pernambuco o chamado “Padre de Ouro”, o jesuíta Antônio de Gouveia que vendia indígenas na própria vila da capitania.

Os religiosos a serviço da Cruz e da Coroa sob a desculpa de proteger os índios contra os brancos, assenhoram-se de suas terras criando gado e usando os gentios como braços escravos. Uma das facetas da colonização do sertão, a religião católica serviu aos interesses capitalistas da Coroa portuguesa, invadindo o “sertão de dentro”,

mutilando a alma indígena com seus deuses repressores, num terrível etnocídio.

A resistência dos “bárbaros” foi uma prova incontestada da não aceitação à ocupação branca, destruindo assim a lenda de que os índios eram “preguiçosos e indolentes”, não afeitos ao trabalho. Na verdade, houve o contato entre duas culturas diferentes, onde o autóctone saiu perdendo por conta da desigualdade bélica. Alguns índios aldeados, em alianças com os portugueses guerreavam contra outras tribos, inimigos anteriores, mas rompendo o trato com o colonizador quando lhe fosse favorável. Geralmente, os portugueses também promoviam emboscadas e matanças covardes contra os índios o que ocasionava excursões sangrentas de vingança por parte dos gentios, quando destruíam tudo que existia nas vilas.

A conquista do Rio Grande do Norte foi uma mortandade horrível resultando também em inúmeros gentios escravizados. Em 1591, houve casos de não haver índio sobrevivente em certas aldeias, tamanha a ferocida-

de dos cc
doenças
debilitara
-as sem n

A
trou, no
nha, “cria
e de boa
não agres
que, post
habitante
mento da
vilizados”
a ordem e
fêrteis ao
de matar,

Seg
reno, em
madamer
que o cál
Nordeste
tanto nas
litorânea
tões, pro
dio. Com
de Perna
nha impu
rias aos ç
pernamb

ta com seus terrível etno-
bárbaros” foi
ão aceitação
uindo assim
eram “pre-
lo afeitos ao
ve o contato
ntes, onde o
por conta da
ns índios al-
os portugue-
utras tribos,
rompendo o
quando lhe
nte, os por-
oviam em-
ardes contra
va excursões
or parte dos
um tudo que

o Grande do
idade horrí-
em inúmeros
1591, houve
sobrevivente
na a ferocida-

de dos colonizadores. Houve casos de doenças dos brancos que mataram e debilitaram aldeias inteiras, deixando-as sem maiores defesas.

A invasão portuguesa encontrou, no dizer de Pero Vaz de Caminha, “criaturas de cor parda, gente boa e de boa simplicidade” o que indica a não agressividade bestial e desmedida que, posteriormente, foi atribuída aos habitantes da terra. A partir do momento da ocupação do sertão, os “civilizados” agiram como bárbaros, pois a ordem era dizimar e ocupar as terras férteis ao longo dos rios, com ordem de matar, aprisionar, escravizar.

Segundo cálculo de Soares Moreno, em 1609, o Ceará tinha, aproximadamente, 150 mil índios. Mas, claro que o cálculo era inexato. Em todo o Nordeste, o massacre foi uma rotina, tanto nas primeiras lutas pela região litorânea como na entrada pelos sertões, promovidas num momento tardio. Com a expulsão dos holandeses de Pernambuco, a interiorização ganha impulso com a doação de sesmarias aos que lutaram na “Restauração” pernambucana, que originou também

uma crise interna com os conflitos entre os próprios sesmeiros ávidos por mais terras. Ou seja, a Coroa oferecia recompensas estimulando o morticínio contra os índios.

As sesmarias para criação do gado encontraram feroz resistência indígena o que provocou a intervenção da Coroa, trazendo ao cenário da guerra os grupos de milicianos. Por volta de 1670 os conflitos se intensificam especialmente na região do Rio Grande do Norte, nas proximidades do Açu, onde os índios “[...] se levantaram [...] em 1687-88, matando a toda coisa viva e ao depois queimando e abrasando tudo não deixando, pau, nem pedra sobre pedra de que ainda hoje aparecem as ruínas” (LOPES, [s.d.]). Conhecedores exímios da região, usando as táticas de emboscada como principal forma de ataque, os indígenas defendem os sertões livres com a garra de um povo invadido e acochado.

Vale a pena mostrar um trecho da carta do Governador Geral do Brasil, Mathias da Cunha ordena ao Capitão-mor Manoel de Abreu Soares: “Vossa Mercê dirija a entrada e guer-

ra que há de fazer aos bárbaros como entender que possa ser mais ofensiva degolando-os seguindo-os até os extinguir, de maneira que fique exemplo deste castigo a todas as mais nações que confederadas com eles não temiam as armas de sua Majestade que considero vitoriosas indo a cargo de V. Mercê, e de todos os sucessos que V. Mercê tiver me vá dando conta com toda a particularidade” (PIRES, 1990, p. 62, grifos da autora). Temos aqui a ordem para dizimar indígenas vinda da autoridade máxima representando a Coroa e para que tal ato sirva de exemplo para outros indígenas. A ordem de extinção é clara e direta.

A resistência indígena foram convocadas expedições para reforçar a defesa dos colonos, inclusive trazendo o já conhecido Domingos Jorge Velho para combater os focos de rebelados, velho conhecido da Coroa, pois foi ele havia dizimado Palmares, o que lhe rendeu muitas terras e honrarias. Os paulistas, tão bárbaros quanto diziam serem os índios rebelados, eram tidos como os únicos capazes de enfrentar e dizimar os resistentes à escravidão.

Vale salientar que as ordens eram para *degolar* os mais aguerridos, aldeando-se mulheres e crianças por serem mais fracos e oferecerem menores riscos de fugas. Há ainda outro aspecto a ser salientado: as indígenas eram responsáveis pela agricultura, pela função produtiva e social, configurando a força de trabalho desejada.

O regimento das Missões de 1680 tem também o viés sociopolítico de submissão de um povo inteiro, classificando os indígenas como “criaturas dependentes e tuteladas”, retirando-lhes a independência e desclassificando o *modus vivendi*. Tendo o poder de classificar os índios, a Igreja atende aos interesses da Coroa, retirando-lhes o livre arbítrio e colocando-os como dependentes e incapazes rótulos que carregam até o presente momento na história brasileira. O aldeamento de aldeias inteiras criava o que se chamava de “muros do sertão”, um tipo de demarcação de terras para o avanço do invasor, pois as aldeias eram totalmente deslocadas para local de conveniência das tropas burocráticas.

No
deserções
um espaço
dade régia
gitivo, mui
de pagame
vivência, s
dono pela
do Capistr
ponto de n
meias”. No
e vadios d
das tropas
facinerosos

A di
plidão do
em, pratica
controle ré
como sobre
rio criado
sem freios
violentas c
missionário
gerando rec
pria Coroa,
sexuais cor
sem puniçã
embrião do
da soldades

s eram para
i, aldeando-
serem mais
es riscos de
cto a ser sa-
n responsá-
função pro-
lo a força de

Missões de
ociopolítico
inteiro, clas-
io "criaturas
retirando-
sclassifican-
o o poder de
a atende aos
ando-lhes o
o-os como,
rótulos que
nomento na
mento de al-
se chamava
tipo de de-
o avanço do
m totalmen-
e conveniên-

No entanto, tais tropas sofriam deserções aos montes, pois o sertão era um espaço de liberdade onde a autoridade régia nem sempre alcançava o fugitivo, muitos deles desertores por falta de pagamento e de condições de sobrevivência, sofrendo toda sorte de abandono pela Coroa, alguns deles, segundo Capistrano de Abreu "mal pagos a ponto de não poderem calçar sapatos e meias". No dizer régio, eram os pobres e *vadios* do açúcar, que se afastavam das tropas e que se transformavam em *facinerosos* do sertão.

A distância do sertão e a amplitude do mesmo o transformavam em, praticamente, território livre de controle régio tanto sobre os colonos como sobre os desertores. O imaginário criado sobre o sertão como terra sem freios sociais possibilitou ações violentas contra os gentios, contra os missionários e seus índios aldeados, gerando reclamações dos bispos à própria Coroa, tendo em vista os ataques sexuais contra as índias, geralmente sem punição. E assim, vemos aqui, o embrião do comportamento delituoso da soldadesca contrariando a ordem

que eles deveriam defender, enraizada até hoje no comportamento de polícias que se escondem atrás da farda para cometer agressões gratuitas com demonstrações de força desnecessária perante a população tida como inferior. Há registros também de que os comandantes não se davam o trabalho de punir os transgressores exemplarmente, favorecendo com sua omissão a continuidade de práticas criminosas. As mulheres indígenas eram as maiores vítimas em meio à desestruturação social imposta pelo invasor, ficando à mercê de todo tipo de desmando, especialmente quando os homens aldeados eram utilizados como flecheiros em incursões militares contra outros indígenas, deixando-as à mercê de agressões e estupros.

Os paulistas agiram como máquinas de matar gente. Eles tinham por objetivos ganhar sesmarias e recompensas, o que resultou em disputas entre eles quanto à divisão das melhores terras. Por exemplo, João Fernandes Vieira, tido como herói na historiografia oficial, prendeu e matou inúmeros indígenas quando governou a Paraíba

e levando os Janduí a se levantarem em armas contra os portugueses, tendo já em 1661 notícias sobre os índios “declarados inimigos”. E a década de 1680 demonstrou agravamento da situação com os indígenas destruindo tudo a que tivessem acesso, “matando a toda coisa viva e ao depois queimando e abrasando tudo não deixando, pau, nem pedra sobre pedra de que ainda hoje aparecem as ruínas”, segundo Pedro Carrilho de Andrade (*apud* PIRES, 1990, p. 61).

A guerra de extermínio foi justificada pelo Governador com a velha máxima de que os fins justificam os meios: “ainda que a guerra da parte supõe quebrarem a paz e fizeram a guerra, mortes, insultos e roubos de nossa parte, contudo foi justíssima porque se encaminhou a defesa das pessoas, vidas e bens”, desculpando os atos dos colonos em relação aos gentios (grifos da autora). E a guerra deveria seguir até o aniquilamento praticamente total dos rebelados. Houve ações destruidoras por parte de índios, invadindo aldeias.

Sem data precisa do término da guerra, após 1720 quase não existem registros de lutas, sugerindo o extermínio de tribos inteiras e aldeamento de algumas outras. O Sertão estava livre dos empecilhos à sua ocupação sem o risco de rebeliões nem emboscadas. Estava livre o espaço para a pecuária. O gado adentrou a amplidão e trouxe atrás de si o homem, o vaqueiro. Vale salientar aqui os conflitos entre os sesmeiros, ávidos por terras a perder de vista, como Dias d’Ávila, da Casa da Torre, que usou de todo tipo de crueldade e arbitrariedade contra os índios aldeados do braço da Igreja, o tentáculo religiosos da invasão.

Os religiosos transformavam os aldeados em trabalhadores escravos, em péssimas situações de trabalho, utilizando-os como vaqueiros, como mineiros, sempre sob abusos e trabalhos forçados, não havendo, para os gentios, grande diferença entre o trato dispensado pelos colonos ou pelos religiosos, pois o uso da mão de obra pouco diferenciava entre os que portavam armas ou terços. E até hoje, o Estado brasileiro não mudou muito o seu

trato cor
sempre t

O
“amansa
os sesme
um impé
da Bahia
dens da
Sabemos
poderosc
surgido 1
se tornac
sileiro. Tã
a soldo
os lucros
dos genti
num dos
de então,
Piauí, un
nossa hist

A f
teve come
se formav
centes da
seus hábi
dos eles, z
açúcar e
também l
1726 há n

trato com os remanescentes indígenas, sempre tratados como caso de polícia.

O lucro dos índios aldeados e “amansados” foi muito valioso para os sesmeiros e Dias d’Ávila construiu um império que ultrapassou os limites da Bahia, apesar de “contrariar” as ordens da Coroa no trato com o gentio. Sabemos que a impunidade a favor dos poderosos é secular no Brasil, tendo surgido neste período expansionista e se tornado uma faceta do Estado Brasileiro. Tanto é verdade que o assassino a soldo Domingos Jorge Velho, com os lucros do extermínio de Palmares e dos gentios sertanejos, transformou-se num dos maiores sesmeiros do Brasil de então, com terras em Alagoas e no Piauí, um dos maiores assassinos de nossa história, reconhecido como herói.

A famosa “Guerra dos Bárbaros” teve como resultado uma sociedade que se formava no sertão com os remanescentes das lutas, com seus costumes, seus hábitos e com a mistura de todos eles, além da distância das vilas de açúcar e de suas ostentações. Estando também longe dos freios sociais. Já em 1726 há notícias de muitos criminosos

nos sertões distantes, os desertores da guerra, negros fugidos, índios remanescentes, enfim uma plêiade de gentes que tentavam se estabelecer longe do litoral. E o gado começa a sua viagem pelo sertão. Contudo, no Piauí a resistência indígena ainda continuou até, aproximadamente, a década de 1770.

E foi surgindo uma população de homens livres criando gados, com hábitos muito simples, longe da dita civilização, rudes e tendo o couro como matéria prima, fazendo surgir a “Civilização do Couro”, presente em todo o sertão, mas sendo mais predominante no Ceará.

Com o gado vinha o homem, o vaqueiro, com sua habilidade própria ao tratar do rebanho. Surgia então, o sertanejo, tipo de homem diferente daquele do litoral, afeito às dificuldades e ao estilo de vida rude do sertão sem luxo. E começam a surgir às vilas, as povoações, as opções de crescimento acompanhando os rios da região. O sertanejo herda, portanto, todos os hábitos destes habitantes pré-coloniais, dos negros fugidos também lutando por liberdade, dos guerreiros de uma

grande guerra que durou vários anos, e com todo o arcabouço psicológico de uma região exposta à seca e à fome.

Interessante notar aqui alguns costumes que acompanharam o sertanejo ao longo do seu estabelecimento na terra, criando vínculos fortes com a mesma: do índio herdamos a guerra de emboscadas, tão presentes em vários momentos da história nordestina, a vingança que não deixa “pedra sobre pedra”, os sesmeiros abastados com suas guardas particulares, etc. E esta sociedade nascente, com seu *modus vivendi*, com suas roças, seus rebanhos, sua agricultura e sua moral. Por exemplo, os sesmeiros acolhiam fugitivos por crime de vingança, mas desprezando os casos de roubo, costume arraigado no Sertão até recentemente.

Esta sociedade sertaneja tem na família a sua referência social, funcionando como grupo coeso, onde a solidariedade está sempre presente, mesmo em casos de conflitos e violência. Neste universo distante o *compadrio* exerce função sociológica muito importante, pois comporta um parentesco ideológico e espiritual, conforme

Rego (2008). A amizade e o compadrio estabelecem uma rede de solidariedade e de elevação social, expansiva a toda a família. Para os menos abastados é útil por conta da dependência econômica, além do valor social. Vale salientar, que toda esta estrutura no interior do Nordeste vai se estabelecendo lenta e gradativamente até desaguar no coronelismo por volta dos *Oitocentos*, baseado na família extensa (o compadrio aqui é importantíssimo) e no latifúndio, herdeiro do poder dos sesmeiros cujas terras lhes davam valor, poder e mando.

O coronelismo cujo título foi criado pela Guarda Nacional, em 1831, se referia a uma milícia de cidadãos como poder paralelo para auxiliar – ou não – o poder central, conforme interesses particulares. Segundo Rego (2008), o coronelismo era uma troca de favores entre o Poder Público e os decadentes proprietários de terras, sendo um fenômeno nacional com características regionais. No entanto, o imaginário do coronelismo ficou mais presente no Nordeste, talvez pela atuação destas figuras até um passado mais

próximo. No entanto, havia a compra de títulos que enobrecia quem necessitasse de um título de Coronel, com toda a representação que tal designação carrega.

Ainda hoje, temos os novos “coronéis” na política, herdeiros de nomes fortes no passado, como uma herança que não pode ser desprezada. Interessante que, existem nomes que foram criados e ganharam destaques como sendo antigos, como é o caso do senhor Antônio Gonçalves de Mello que batizou seus filhos homenageando Pernambuco e Brasil, batizando seus filhos como Ulisses Pernambucano de Mello e Cícero Brasileiro de Mello, e assim criando sobrenomes que se tornaram famosos dando a impressão de antiguidade familiar.

O coronelismo, próprio da família patriarcal, era assim um poder armado que tomava decisões próprias e dominava sua área de atuação, com a conivência dos poderes constituídos, conforme costumes desde o período da invasão do sertão, como já citamos. Naquela origem colonial formaram-se representações que subexistem até

o presente, quando os herdeiros da “Casa Grande” se comportam como os coronéis de antigamente, exigindo de todos que cruzam seus caminhos submissão e subserviência, com posturas autoritárias e arrogantes.

Voltando ao tema das sesmarias, existem na historiografia oficial, alusões ao processo de invasão do sertão pelos colonos como um marco de “obra civilizatória” e que as concessões de sesmarias marcam o início das atividades do homem nos sertões. Percebemos aqui o total desconhecimento do índio como ser de direito, como não tendo exercido atividades nos territórios por eles habitados. A forma excludente de mencioná-los faz parte de uma representação social que os desvaloriza e os expurga do gênero humano, os “inexistentes” dos sertões vazios e incultos. Mas foram estes “inexistentes” que ofereceram a maior resistência ao invasor europeu, numa luta mortal e desigual.

A resistência indígena durou mais de meio século de renhidas lutas pela liberdade de suas tribos, sendo, portanto, a prova de que o Sertão foi

ocupado com muito sangue e com revolta, destruindo a tão propagada ideia de submissão do gentio pouco afeito ao trabalho. Tal desfecho é citado pelo general pernambucano, Duarte Sodré, em documento de 1774, falando sobre os Tapúya: "... ultimamente estamos senhores de suas terras, que sendo todas povoadas deles quando a descobrimos, hoje nos achamos senhores delas e eles extintos...". Este é um depoimento que deveria ser repassado nas escolas de todo Brasil em nome da verdade e da história real da ocupação das terras do sertão. Em Carvalho (2005, p. 51, grifo da autora) encontramos uma declaração de Maya da Gama, governador do Piauí na época, sobre uma aldeia Aroase: "A 18 fomos passar o brejo e a aldeia dos índios Aroases que foi muito populosa de mais *de quatrocentos* anos, e hoje se acha destruída, e acabada com quarenta casais ou cinquenta pouco mais ou menos [...]".

O homem sertanejo da história mais recente, séculos XIX e XX, herdou vários destes costumes enraizados em seu inconsciente coletivo: lutas, secas, fomes, mortes, deslocamentos,

estilo de vida rude e simples, duro e, ao mesmo tempo, sensível, acostumado a sobreviver às vicissitudes. Alguns destes hábitos vão aparecer nos grupos armados do Sertão, como entre os conselheristas, os cangaceiros, os andarielhos, os romeiros.

Não há neste texto a pretensão de contemplar todo o período e todas as atividades acontecidas no sertão e com o sertanejo, nos primórdios da invasão e da colonização nas terras nordestinas. Noutro momento poderemos aprofundar determinados aspectos característicos do sertanejo.

No entanto, fica apenas um panorama rápido da devastação sofrida pelos índios que aqui habitavam. E os motivos que foram o estopim para o genocídio, fato até hoje ocultado ou menosprezado pela historiografia oficial que tem, como viés, a versão eurocêntrica.

REFERÊ

ALVES, Jo XVII a XI vo Virtual [S.L.]: [s.n.] colecaomo

CARVALH indígena r MA: Ética,

CASTRO, Rio de Jane

GUERRA, buco. Reci 1992.

LOPES, Fát e missionári Grande do o Acervo V Faria. [S.L.]

PIRES, Ma dos Bárbar conflitos no FUNDARE

REGO, An coronelism poder. São

SILVA, Kal vastas e ass tório de Pern nos séculos 2010.

REFERÊNCIAS

ALVES, Joaquim. **História das secas**: sec. XVII a XIX. Edição especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <www.colecaomossoroense.org.br>.

CARVALHO, João Renôr de. **Resistência indígena no Piauí colonial**. Imperatriz, MA: Ética, 2005.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.

GUERRA, Flávio. **História de Pernambuco**. Recife: FUNDAJ; Massangana, 1992.

LOPES, Fátima Martins. Índios, colonos e missionários na colonização do Rio Grande do Norte. Edição especial para o Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. [S.l.]: [s.n.], [s.d.].

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **“Guerra dos Bárbaros”**: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial. Recife: FUNDARPE, 1990.

REGO, André Heráclio do. **Família e coronelismo no Brasil**: uma história de poder. São Paulo: A Girafa, 2008.

SILVA, Kalina Vanderlei. Nas Solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vias açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: CEPE, 2010.